

O Sentido Social e o Contexto Político da Guerra de Canudos

Prof. Dr. Luiz Alberto Moniz Bandeira

Doutor em Ciência Política, professor titular aposentado de História da Política Exterior do Brasil da Universidade de Brasília e professor visitante em Universidades de Heidelberg e Colônia, Alemanha.

Em memória de Edmundo Moniz

Introdução

As tensões sociais, que a estagnação econômica gerava e a adversidade da natureza - clima e solo - engravescia, acumularam-se durante três séculos de colonização, nos sertões da Bahia, como em todo o nordeste do Brasil. De um lado, poucas famílias ricas e poderosas, dominavam uma vastidão de terras,

latifúndios improdutivos, e se digladiavam entre si, a disputarem o poder político, por modo a assegurar e expandir suas propriedades. De outro, uma população de caboclos, sertanejos, na sua maioria índios mestiçados com brancos ou negros - mamelucos e cafuzos - que perderam ou jamais possuíram alguma terra e nada tinham, nem mesmo a possibilidade de vender sua força de trabalho e a esperança de alcançar uma vida melhor. A alguns não restava senão o descaminho do cangaço, fora da lei, se lei havia, e bandoleiros se tornavam. Outros, para sobreviverem, passavam a servir como jagunços, capangas dos senhores de terra, os coronéis, assim denominados porque recebiam do governo imperial a patente da Guarda Nacional, com a faculdade de organizar batalhões, quando necessário, para defender a ordem e o Estado.

Em tais condições de atraso social e político, aquela massa de oprimidos, pobres e miseráveis, quase completamente isolada dos centros urbanos do litoral, devido à carência de transportes e de outros meios de comunicação, só encontrava esperança na religião, através da fé no “Bom Jesus”, que pelos menos lhe abriria as portas do céu, a perspectiva de salvação e recompensa por tantos sofrimentos. A religião, naqueles sertões do Nordeste, podia ser, como no conceito de Karl Marx, a “expressão da miséria real”¹. Podia ser o “suspiro da criatura aflita”, a “alma de um mundo desalmado” e até mesmo o “*Opium des Volks*”². Mas o cristianismo, naquelas circunstâncias históricas, constituía o máximo de consciência possível, como utopia, e desvelava um sentido revolucionário, na medida em que o nível de atraso econômico, social e cultural do sertão fazia-o regredir à sua pureza original, como na Palestina, ao tempo do domínio de Roma.

O ambiente de religiosidade e misticismo favorecia o surgimento de beatos e messias, cujas ações reais, modeladas por uma ética de provação, tendiam a chocar-se contra a estrutura de classes da sociedade, tal como aconteceu com Thomas Münzer, que tentou organizar, na Alemanha do século XVI, uma completa comunidade de bens e igualdade total, a antecipar sobre a terra o reino de Deus. Por volta de 1877, ano da grande seca no Nordeste, Antônio Vicente Mendes Maciel, que como Antônio Conselheiro se notabilizaria, já peregrinava pelos sertões, a fazer e a arrastar fiéis por onde passava. Segundo Euclides da Cunha, em toda a região, cidade ou povoado não havia onde ele aparecido não tivesse, e sua entrada,

1 Marx, Karl - "Zur Kritik der Hegelschen Rechtsphilosophie", in: Marx, Karl - Engels, Friedrich - *Werke*, Band 1. Berlin: Dietz Verlag, 1981. p. 378.

2 Id., *ibid.*,... p. 378.

“seguido pela multidão contrita, em silêncio, alentando imagens, cruzes e bandeiras do Divino, era solene e impressionadora”³.

Em 1887, chegou a visitar a Vila do Conde, no litoral da Bahia, e deixou, em quase todos os lugares, um traço de sua passagem, ou seja, a reconstrução dos muros de um cemitério em ruína ou a renovação de uma igreja ou uma capela erguida⁴. Sua popularidade aumentava assim cada vez mais e a abolição da escravatura, em 1888, concorreu para aumentar-lhe as hostes, com negros libertos, sem destino e sem ocupação, em meio de grave crise econômica, que solapava as bases de sustentação do governo imperial.

O governo imperial efetivamente se debilitara, ao persistir na mesma política de valorização do câmbio e de restrição ao crédito, em que o contínuo endividamento externo completava a permanente escassez interna de meios de pagamento. Essa política não atendia às necessidades de circulação monetária do capitalismo emergente, para a expansão de suas forças produtivas, impulsionadas tanto pela acumulação da cafeicultura de São Paulo, à base, já em grande parte, do trabalho assalariado, quanto pelo crescimento do parque industrial do Rio de Janeiro, sob o impacto da concentração comercial, que a crise financeira dos anos 70, após a guerra contra o Paraguai, estimulava. A abolição da escravatura, em uma tentativa de salvar a monarquia, lançara à liberdade quase um milhão de escravos, no valor de 2 contos de réis cada um, e agravou ainda mais a situação, dado que à maior parte dos senhores de terra, sobretudo do Rio de Janeiro e do Nordeste, faltava o meio circulante para alugar a força de trabalho de que necessitavam para a produção das fazendas e dos engenhos de açúcar. O desconforto e a insatisfação destarte aumentaram, a generalizar-se entre os membros da nobreza e em todas as regiões do país. No Recôncavo da Bahia, a baronesa de Alenquer, proprietária de vários engenhos de açúcar, observou, um ano após a abolição da escravatura, que,

“quanto ao nosso governo, e a miséria que estamos passando, é uma calamidade! Deus nos acuda! Só vejo todos se queixarem, há uma falta de dinheiro nunca vista”⁵.

E na mesma carta aduziu:

“Desde que me entendo até hoje, nunca ouvi dizer que no Brasil se morresse de fome e, há um ano para cá, só é o que se ouve dizer. Que desgraça!”⁶

3 Cunha, Euclides - *Os Sertões*. São Paulo: Abril Cultural, 1982. pp. 126 e 127.

4 Id., *ibid.*,... p. 126.

5 Carta de Francisca de Assís de Vianna Moniz Bandeira, baronesa de Alenquer, ao seu filho Manuel Ignácio, Subaé, 02.05.1889. AA.

6 Id., *ibid.*

O gabinete formado pelo Visconde de Ouro Preto ainda tentou, no segundo semestre de 1889, aliviar a crise. Lançou no mercado o triplo do capital em moeda metálica, elevando o câmbio ao par, e facultou às empresas, com capital de 5.000 e 10.000 contos de réis, a emissão garantida, enquanto fixava tarifas de importação mais altas, em base de 50% e 60%, para a proteção das indústrias⁷. Os efeitos da nova política logo se fizeram sentir. A mesma baronesa de Alenquer, em outra carta, datada de 14 de agosto de 1889, comentou que

“O novo ministro tem já feito em benefício da lavoura (...) e o banco (está) dando dinheiro a 6% ao ano e com o prazo de até 15 anos, conforme as quantias”⁸.

Porém, muito tarde era para reverter a catarse. O processo político afoitou-se e oficiais do Exército induziram o marechal de Campo Manuel Deodoro da Fonseca a colocar-se à frente de um golpe de Estado, que em 15 de novembro de 1889 derrubou a Monarquia, visando à instalação da República e ao estabelecimento da Federação. Conforme o jornalista Aristides Lobo, primeiro ministro da Justiça do Governo Provisório, constatou, em uma crônica publicada no *Diário Popular*, de São Paulo,

“o fato foi deles só, porque a colaboração do elemento civil foi quase nula. O povo assistiu aquilo bestializado, atônito, supresso, sem conhecer o que significava”⁹.

O contexto político na República

Os militares estavam isolados da nação e a tropa do Exército, que desfilou pelas ruas do Rio de Janeiro, após o golpe de Estado de 15 de novembro, deparou-se com uma cidade aparentemente vazia, as ruas desertas, o comércio fechado. Apesar da grave crise econômica e social, que fermentava o descontentamento em vastas camadas das classes dirigentes, a Monarquia era ainda popular. As adesões ao novo regime, entre as quais a dos antigos partidos monárquicos de São Paulo, orientaram-se pelo pressuposto da inevitabilidade da República e tiveram como objetivo, em larga medida, restabelecer a normalidade política e evitar possíveis reações populares, consideradas inúteis e que poderiam comprometer a própria integridade territorial do Brasil. A possibilidade de desintegração do Brasil em duas ou mais Repúblicas, com a separação do Rio Grande do Sul, era aliás prevista, desde 1880, pelo presidente do Uruguai,

⁷ Calmon, Pedro - *História do Brasil* (século XIX), vol. 5. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1961. p. 1816.

⁸ Carta de Francisca de Assis de Vianna Moniz Bandeira, baronesa de Alenquer, ao seu filho Manuel Ignácio, Subaé, 14.08.1889. AA.

⁹ Apud Santos, José Maria dos - *A Política Geral do Brasil*. S. Paulo: J. Magalhães, 1930. p. 204.

Máximo Santos, para o qual a coesão daquele país somente se manteria enquanto o imperador D. Pedro II vivesse e governasse¹⁰. Com a proclamação da República, através do golpe militar de 1889, ela se afigurou ainda mais real, de tal modo que o ministro Plenipotenciário da Grã-Bretanha, George Hugh Wyndham, informou ao Marquês de Salisbury, no Foreign Office, que complicações políticas poderiam advir, a provocarem a secessão do Brasil em vários Estados independentes, inclusive de São Paulo, onde o sentimento separatista se manifestava e os investimentos britânicos somaram mais de 6 milhões de libras esterlinas¹¹.

O próprio barão de Rothschild, agente financeiro do Brasil e seu grande credor, não só telegrafou como escreveu a Rui Barbosa, ministro da Fazenda do Governo Provisório, a expressar o temor de que, no futuro período, a “desintegração e o desmembramento” do Brasil viessem a ocorrer¹². Não se aventurava a profetizar, Rothschild acentuou, quando essas predições poderiam provar serem verdadeiras ou de que maneira evitar tal “grande calamidade”¹³. De qualquer forma, na sua opinião como agente financeiro do Brasil por muitos anos e sinceramente preocupado com seu bem-estar, ele mais do que nunca estava convencido de que só mediante e, “se possível”, por meio de maior consolidação ainda de suas numerosas províncias, esse país, no futuro como no passado, “sustentar-se-ia entre as nações mais ricas e mais prósperas do Hemisfério ocidental”¹⁴. A preocupação de Rothschild naturalmente se relacionava com a questão da dívida externa do Brasil, do qual era o grande credor, uma vez que a desintegração do país em dois ou três Estados independentes complicaria a assunção da responsabilidade pelo seu pagamento.

As crescentes dissensões com que a nascente República se debatia justificavam tais temores. Legitimidade faltava-lhe e o Exército, da mesma forma que a Marinha, não reunia condições para ocupar o vácuo do Poder Moderador, representado até então pelo Monarca¹⁵. E a crise, a aprofundar-se, compeliu o marechal Deodoro da Fonseca, eleito presidente da República, a dissolver o

10 Despatch. n. 179, British Legation to Earl Granville, Montevideo, 10.08.1880. PRO-FO 505, Uruguai, 1880.

11 Despatch n. 138, George Hugh Wyndham to Marquis of Salisbury, Rio de Janeiro, 18.11.1889. Despatch n. 149, Wyndham to Salisbury, Rio de Janeiro, 23.11.1889. Private letter, Wyndham to Sanderson, Rio de Janeiro, 17.12.1889. Despatch n. 201, Wyndham to Salisbury, Rio de Janeiro, 30.12.1889. PRO-FO-13-658. Manchester, Alan K. - Preeminência Inglesa no Brasil, Brasiliense, São Paulo, 1973, p. 277.

12 Letter, Rothschild to Minister of Finance, London, 4.12.1889 (copy). RAL - XI/142/5. Despatch n. 149, Wyndham to Salisbury, Rio de Janeiro, 23.11.1889. PRO-FO 13-658.

13 Letter, Rothschild to Minister of Finance, London, 4.12.1889 (copy). RAL - XI/142/5.

14 Id., ibid.,.

15 Moltmann, Bernhard - *Militär zwischen Politik und Profession* (Die Brasilianischen Streitkräfte 1880-1910). Mettingen: BrasilienkundeVerlag, 1981. p. 218.

Congresso, em novembro de 1891, conquanto a Constituição promulgada em fevereiro daquele ano não lhe outorgasse poderes para tanto, e a ele, em face da crescente revolta que se alastrava pelo Rio Grande do Sul, não restou alternativa senão a renúncia, entregando o governo ao seu vice, o marechal Floriano Peixoto.

Essa crise demonstrou que a República presidencialista, que substituíra a Monarquia parlamentar, significara para o Brasil um retrocesso institucional. Inspirada no modelo dos EUA, a Constituição de 1891 implantara um regime em que o presidente da República, simultaneamente chefe de Estado e chefe de governo, era na verdade um autocrata, com mandato temporário e fixo, podendo até mesmo influir na composição do Congresso, através da escolha dos seus membros, mas sem a faculdade de dissolvê-lo, caso o conflito de poderes se instalasse, o que convertia a crise da instituição em uma instituição da crise. Assim, a República, instalada a *manu militari*, não só obstou a democratização dos poderes, que sob a Monarquia parlamentar se processava, como reconcentrou-os. E o golpe de Estado (quando não, como nos EUA, o assassinio dos presidentes) passou a representar o outro verso da república presidencialista, a desobstruir o caminho para a ditadura militar. E foi em tais termos que o marechal Floriano Peixoto governou, ao mesmo tempo em que o Brasil resvalava para a vala comum das republiquetas latino-americanas.

“Que é feito dessa pátria tão calma, tão nobre, que nos enchia de orgulho no confronto com os nossos vizinhos?” - esta pergunta angustiada do médico Ângelo Dourado, residente em Bagé¹⁶, perpassava pela cabeça de muitos brasileiros e o Rio Grande do Sul, com a sublevação federalista contra o governo provincial de Julio de Castilhos, em 1893, empegou-se durante dois anos em sangrenta guerra civil, que desbordou as fronteiras da Argentina, em Missões, e, sobretudo, do Uruguai, de onde cerca de 10.000 a 12.000 refugiados mantiveram constante luta armada, por meio de incursões de guerrilhas, sob o comando de Gumercindo Saraiva. As tropas legais do Rio Grande do Sul, a fim de liquidarem em suas bases os insurgentes, entre os quais muitos uruguaios e argentinos se contavam, começaram então a ultrapassar as fronteiras do Brasil, cometendo toda sorte de tropelias e violências, como assassinios, saques, roubos de gado e de cavalos, etc., o que levou o governo de Montevideo, sob a presidência de Julio

¹⁶ Dourado, Ângelo - *Voluntários do Martírio* - Narrativa da Revolução de 1893 (Reprodução fac-similar da edição de 1896), 3a edição. Porto Alegre: Martins Livreiro-Editor, 1979. p. 6.

Herrera y Obes, do Partido Colorado, a protestar, várias vezes, e a ordenar que seu exército reagisse¹⁷.

À mesma época, a Marinha de Guerra do Brasil rebelou-se também no Rio de Janeiro, sob o comando dos almirantes Custódio José de Melo e Luiz Felipe Saldanha da Gama, e a guerra civil espalhou-se pelos estados do Paraná e de Santa Catarina, para onde alguns navios da esquadra - os cruzadores *República* e *Pallas* - arribaram, aportando na localidade de Desterro (atualmente Florianópolis). Rumores então circularam, inclusive em Washington, no sentido de que o barão de Rothschild instruíra August Belmont, seu agente nos EUA, para que apoiasse a insurreição no Brasil¹⁸. A suspeita, agasalhada pelo governo de marechal Floriano Peixoto, era efetivamente de que a Grã-Bretanha, Portugal e outras nações da Europa instigavam a sedição, com o objetivo de restaurar a Monarquia e colocar no trono o príncipe Leopoldo Augusto. Algum fundamento aparentemente havia. O Tratado de Reciprocidade Comercial de 1891, com que o Brasil, mediante reduções tarifárias, favorecia a importação de manufaturas dos EUA, alarmara a comunidade de negócios da Grã-Bretanha. As reservas brasileiras em Londres não cessavam de baixar, atingindo níveis de extrema depressão, devido à queda do câmbio para onze *pence* e à continuação de notícias “*very unsatisfactory*”, que chegavam do Rio de Janeiro, a indicarem o aumento de armamentos, o aumento dos gastos e o aumento das dissensões políticas, através da República, conforme o próprio barão de Rothschild comunicou ao ministro da Fazenda do marechal Floriano Peixoto em meados de 1893, antes mesmo de que a guerra civil no Rio Grande do Sul se alastrasse¹⁹.

Não obstante esses fatores, Rothschild negou que houvesse procurado favorecer os insurgentes da Marinha, alegando que graças às suas representações o governo britânico não permitiu o bombardeio do Rio de Janeiro²⁰, e, de acordo com o historiador Richard Graham, os interesses comerciais da Grã-Bretanha realmente não apoiaram a insurreição no Brasil²¹. Mas, assim como

17 Instrucciones para el Dr. José Vázquez Sagastume, E.E. y ministro Plenipotenciario en el Brasil, Montevideo, 19.5.1893, a) Herrera y Obes/Manuel Herrero y Espinosa, in Instrucciones a Enviados de la República (1872-1906), Sección Archivo Histórico-Diplomático-Memorandum No. 3, ministro Interino D. Alfredo Dupetti Ibarra - Ministerio de Relaciones Exteriores del Uruguay - Biblioteca. Nota No. 9, Jayme Estrágulas a Carlos de Castro, Montevideo, 13.3.1895; Nota No. 61, Estrágulas a Carlos de Castro, Montevideo, 20.6.1895 - Notas y Telegramas del Ministerio de Relaciones Exteriores del Uruguay a la Legación en Rio de Janeiro - Sección Libros y Manuscritos No. 134, Libro NO. 2, Año 1895-1896. AGN-U.

18 Letter, N. Rothschild to Minister of Finance of Brazil, London, 27.7.1894. RAL - XI/142/5.

19 Id., *ibid.*,.

20 Id., *ibid.*,.

21 Graham, Richard - *Britain & the Onset of Modernization in Brazil 1850-1914*. Cambridge: Cambridge University Press, 1968. p. 308.

Portugal, Itália e Alemanha²², a Grã-Bretanha, se não favorecia, simpatizava, sem dúvida alguma com os insurgentes, aos quais seu ministro Plenipotenciário no Rio recomendou que o Foreign Office garantisse o *status* de beligerância²³, enquanto os EUA sustentaram abertamente o governo de Floriano Peixoto²⁴. Joaquim Nabuco, político ao tempo do Império e, posteriormente, embaixador do Brasil nos EUA, observou que

“... a presença de uma poderosa esquadilha norte-americana, desproporcionada com a força efetiva das outras potências, que tinham muito maiores interesses no Brasil, dava corpo à idéia de que os EUA estavam decididos a intervir, no momento oportuno, em favor da legalidade²⁵.”

Os EUA, ao que tudo indicava, dispunham-se a realmente intervir no Brasil, caso a insurreição da Armada triunfasse e restabelecesse a Monarquia, e estavam prontos para o fazer a qualquer pretexto, se o marechal Floriano solicitasse sua assistência²⁶. Deste propósito, não só o Foreign Office, o barão de Rothschild recebera várias vezes a informação, através do seu representante em New York, August Belmont, que, embora presumisse difícil a intervenção dos EUA, a menos que se comprovasse a interferência de outra potência para restaurar a Monarquia, a afrontar a Doutrina Monroe, adiantara-lhe, em caráter estritamente confidencial, que: 1º - o marechal Floriano Peixoto “seria mantido no poder até o fim do seu mandato”; 2º - “seria sucedido por um civil”; 3º - a república seria mantida a “qualquer custo”²⁷. Esta fora uma decisão tomada em Washington. E, assim, aconteceu. A revolta da Armada fracassou. O coronel Antônio Moreira César, na condição de governador militar de Santa Catarina, comandou a mais feroz repressão, a degola e o fuzilamento de centenas de militares e civis, “após um ataque epiléptico”²⁸, com o que restaurava a pena de morte, abolida pela Constituição Federal²⁹. Em 15 de novembro de 1894, como previsto por August Belmont na carta ao barão de Rothschild, Prudente de Moraes, um civil e representante da burguesia cafeeira de São Paulo, sucedeu ao marechal Floriano Peixoto na presidência da república, para a qual fora eleito. E os insurgentes do

22 Id., *ibid.*, p. 310. Sobre a posição da Alemanha vide Brunn, Gerhard - *Deutschland und Brasilien 1889-1914*. Köln-Wien: Böhlau Verlag, 1971. p. 22 a 52.

23 Graham, R., *op. cit.* p. 309 e 310.

24 Sobre o tema vide Moniz Bandeira, L. A. - *Presença dos Estados Unidos no Brasil* (Dois Séculos de História).

Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973. p. 140 a 145. Nabuco, Joaquim - *A Intervenção Estrangeira durante a Revolta*. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, , 1896. p. 41, 52, 57, 84 a 86, 91, 92 e 114.

25 Id., *ibid.*, p. 41

26 Letter, August Belmont to N. M. Rothschild, New York, 17.11.1893. RAL-II/SS/SA: 18931117. letter, Belmont to Lord Rothschild, New York, 22.11.1893. RAL-II SS/SA: 18931122. Sobre o tema vide também Bueno, Clodolado – “A Diplomacia da Consolidação: A Intervenção Estrangeira na Revolta da Armada - 1893-1894” in *História*, São Paulo, 3:33-52, 1984. p. 33 a 52.

27 Letter, August Belmont to Lord Rothschild, New York, 1.11.1893, RAL - II/SS/SA: 18931101.

28 Vernalha, Milton Miró - *Maragatos e Pica-Paus*. Curitiba: Editora Lítero-Técnica, ,1984. p. 355.

29 Belo, José Maria - *A História da República - 1889 – 1945*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956. p. 175-76.

Rio Grande do Sul foram derrotados em 24 de junho de 1895, na batalha de Campo Osório, onde o almirante Luís Filipe Saldanha da Gama tombara, em meio de enorme carnificina, da qual apenas 29 dos 105 homens da Marinha que o acompanhavam escaparam com vida, pois até os prisioneiros morreram degolados e a vida ninguém se poupou, “nem mesmo às mulheres e às crianças das cercanias”³⁰.

O comunismo cristão

A vitória da República não significou o fim dos problemas com que ela interna e externamente se defrontava. A guerra civil no Rio Grande do Sul ainda mal terminara, quando forças da Grã-Bretanha transportadas pelo cruzador *Barracouta*, ocuparam a ilha da Trindade (julho de 1895), no Oceano Atlântico, quase ao mesmo tempo em que cerca de 250 a 300 soldados franceses desembarcavam do navio de guerra *Bengali* e atacavam o território do Amapá, por ordem do governador da Guiana Francesa, o que provocou a efervescência do sentimento nacionalista e manifestações de protesto no Rio de Janeiro e em São Paulo ³¹. Esses conflitos evoluíram favoravelmente ao Brasil, no nível diplomático, mas a crise interna, social e política, reacendeu-se nos sertões da Bahia, onde, à margem do rio Vaza-Barris, cujas águas só existiam na estação das chuvas, Antônio Conselheiro fundara, em 1893, o arraial de Monte Belo, celebrizado como Canudos, em que agremiava não apenas baianos, senão caboclos oriundos de todos os Estados limítrofes, desde o tabaréu crendeiro ao cangaceiro remido do crime pela religião de acordo com princípios igualitários muito próximos do comunismo dos primitivos cristãos. Os que para lá afluíam passavam a viver como na primeira comunidade cristã de Jerusalém, descrita nos Atos dos Apóstolos:

“Entre eles nenhum necessitado havia, pois todos os que possuíam terrenos ou casas vendiam-nas, traziam o produto da venda e depositavam-no ao pé do Apóstolo. E a cada um era distribuído conforme a sua necessidade” ³².

30 Thompson, Almirante Arthur - Guerra Civil no Brasil - 1893-1895 - Vida e Morte do Almirante Saldanha da Gama. Rio de Janeiro; Editora Navarro, 1934. p. 343-349.

31 Despacho, Consulat de France au Minstre des Affaires Etrangères, São Paulo, 30.7.1895. Extrait d'une lettre du Consul de France a São Paulo au Chargé d'Affairs de la République a Rio de Janeiro, anexo ao Informe no 7, 10.12.1895. Despacho no 5, Consulat de France ou Pará, Pará, 13.9.1895. Brésil - Nouvelle Serie - Correspondence Politique des Consul, 1866-1895, vol. 1. AMAE-F. Sobre o tema vide Carvalho; Delgado - História Diplomática do Brasil. São Paulo Companhia: Editora Nacional, 1959. p. 183-188 e 203-204.

32 "Denn kein Ntleidender war unter ihnen. Alle nämlich, die Grundstücke oder Häuser besaßen, verkauften sie und den Erlös zum Verkauften und legten ihn zu den Füßen der Apostel, und es wurde einem jedem zugeteilt, je nachdem einer bedürftig war". "Apostelgeschichte", 4. Kapitel, 34, 35 - Das Neue Testament, p. 159 in Die Heilige Schrift des Alten und Neuen Testaments, , Aschaffenburg: Paul Pattloch Verlag, 1965.

Muito diferente, a sociedade em Canudos não se afigurava, pois, como Euclides da Cunha também descrevera,

“... a propriedade tornou-se-lhe uma forma exagerada de coletivismo tribal dos beduínos: a apropriação pessoal apenas dos objetos móveis e das casas, comunidade absoluta da terra, das pastagens, dos rebanhos e dos escassos produtos das culturas, cujos donos recebiam exígua quota parte, revertendo o resto para a companhia. Os recém-chegados entregavam ao Conselheiro noventa e nove por cento do que traziam, incluindo os santos destinados ao santuário comum. Reputavam-se felizes com a migalha restante.”³³

Mesmo Mario Vargas Llosa, em seu romance *La Guerra del Fin del Mundo*, historicamente incorreto, literariamente ruim e que, ao contrário de *Os Sertões* de Euclides da Cunha, obra patética, é uma patetice, cujos personagens, a cercarem Antônio Conselheiro, são criaturas abjectas, aberrações humanas, físicas ou morais, ressaltou que

“La diversidad humana coexistía en Canudos sin violencia, en medio de una solidaridad fraterna y un clima de exaltación que los elegidos no habían conocido. Se sentían verdaderamente ricos de ser pobres, hijos de Dios, privilegiados, como se los decía cada tarde el hombre del manto lleno de agujeros. (...) Cuando se trataba del Consejero esas mujeres y hombres que habían sido cientos y comenzaban a ser miles se volvían un solo ser sumiso e reverente (...). Pese a la multiplicación de habitantes, la vida no era caótica. Los emisarios y romeros traían ganados e provisiones, los corrales estaban repletos igual que los depósitos y el Vaza Barris afortunadamente tenía agua para las chacras”³⁴

Euclides da Cunha caracterizou aquela sociedade como o “falanstério de Antônio Conselheiro”³⁵, aludindo ao tipo de associação socialista imaginado por Charles Fourier³⁶. Edmundo Moniz, em seu importante estudo *A Guerra Social de Canudos*, reconheceu, por sua vez, que a sociedade comunitária de Antônio Conselheiro lembrava as doutrinas e as tentativas de Fourier e Robert Owen, em que à agricultura e ao pastoreio, organizados em forma comunal, ajustava-se, através da exportação de couro, a participação no mercado mundial³⁷. Embora acentuasse que, no “sertão semi-feudal surgia uma nova experiência social, semelhante à de Fourier e Owen”³⁸, ele sustentou ainda a tese de que Antônio Conselheiro, por citar nas *Prédicas* o exemplo de Thomas More, o Chanceler de Henry VIII, da Inglaterra, que preferira morrer decapitado a abjurar o catolicismo, lera sua famosa obra, a *Utopia*, inspirada na narrativa das comunidades indígenas

33 Cunha, E. op. cit., p. 143.

34 Vargas Llosa, Mario - *La Guerra del Fin del Mundo*. Barcelona:, Editorial Seix Barral, Biblioteca de Bolsillo, 1993, p. 99.

35 Cunha, E., op. cit., p. 220.

36 Sobre o tema vide Bebel, August - *Charles Fourier - Sein Leben und seine Theorie*. Leipzig: Reclam, 1778.

37 Moniz, Edmundo - *A Guerra Social de Canudos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 31 e 73.

38 Id., ibid., p. 73

do Brasil, de Américo Vespucci, em *Mundus Nouus*, e nela “estava a origem histórica e ideológica de Canudos³⁹. “A utopia, ao voltar à América, não encontrou mais a comunidade destes indígenas, mas a de descendentes destes indígenas, esmagados e vencidos pelo feudalismo em decadência e a burguesia em ascensão” , Edmundo Moniz arrematou⁴⁰.

De fato, conforme Euclides da Cunha observou, aqueles povoados sertanejos, no centro dos quais Canudos floresceu, formaram-se de velhas aldeias de índios, espalhadas por uma vasta superfície de terras que “abusivas concessões de sesmarias subordinaram à posse de uma só família, a de Garcia d'Ávila (Casa de Torre)”⁴¹, e por onde os padres da Companhia de Jesus, logo no século XVII, avançaram as suas Missões, tal como o fizeram na região da Bacia do Prata. Os jesuítas, naquela época, compreenderam que, para levar a Igreja aos índios, mais fácil seria através do comunismo dos primitivos cristãos, que à sua organização social e aos seus costumes se ajustava, respeitando-os, e as Reduções, assim, não foram senão o desenvolvimento de formas sociais preexistentes, nas quais não existia o direito de propriedade sobre a terra. Nas Missões da Bacia do Prata, as que mais progrediram e foram chamadas de República Guarani, eles admitiram, inicialmente, a existência de terras comuns a todos (*tabambaé*) e da área considerada como propriedade de Deus (*Tupambaé*), sendo a produção recolhida aos armazéns da comunidade, administrados pelos padres da Companhia de Jesus, que a repartiam segundo a necessidade de cada família. Mas o rei de Espanha, sob a pressão dos colonizadores assustados com aquela organização social, compeliu os jesuítas a instituírem outro tipo de propriedade (*abambaé*), estabelecendo uma gleba de terra junto a cada palhoça, na qual o chefe de família, a possuí-la individualmente, trabalhava um ou dois dias na semana, para entregar a colheita aos armazéns da coletividade, em troca de víveres, sementes, roupas ou qualquer outra coisa de que necessitasse⁴². Depois da celebração do Tratado de Madrid (1750), mediante o qual Portugal e Espanha demarcaram os limites de suas possessões na América do Sul, as tropas conjuntas dos dois países, a pretexto do cumprimento, acometeram, no Alto Uruguai, os Sete Povos das Missões, onde se defrontaram com rigorosa

39 Id., *ibid.*, pp. 92, 93, 252 e 253.

40 Id., *ibid.*, p. 93

41 Cunha, E., *op. cit.*, p. 82.

42 Garay, Blas - *El Comunismo de las Misiones - La Revolución de la Independencia del Paraguai* Asunción: Instituto Colorado de Cultura, 1975. p. 47-48. Vide também Moniz Bandeira, L.A. - *O Expansionismo Brasileiro e a Formação dos Estados na Bacia do Prata* (Argentina, Uruguai e Paraguai) - Da Colonização à Guerra da Tríplice Aliança. 2a edição. São Paulo: Editora Ensaio, 1995. p. 29. Lugon, Clovis - *A República Comunista Cristã dos Guaranis- 1610-1763*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968. p. 90, 153, 167, 172 a 182. Mörner, Magnus - *Actividades Políticas e Económicas de los Jesuitas en el Rio de la Plata*. Buenos Aires: Paidós, 1968. p. 95-97.

resistência dos indígenas, chefiados pelos padres da Companhia de Jesus. Os senhores da Torre de Garcia d'Ávila não permitiram que essas Missões se desenvolvessem na região, como ocorrera na região da Bacia do Prata. E em 1758 jesuítas tiveram de abandonar o que restava das Reduções ao longo do rio São Francisco, no Nordeste, expulsos do Brasil pelo marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo, encarregado da governação de Portugal (1750-1777), durante o reinado de D. José I. Os habitantes dos sertões da Bahia, descendentes dos indígenas aldeados inicialmente pelos padres da Companhia de Jesus, mas, sobretudo, pelos frades da Ordem de São Francisco, não tinham portanto forte tradição de propriedade privada da terra, inclusive porque quase toda aquela região, ao longo do rio São Francisco, integrara até o século XIX o morgado da Casa da Torre. Assim eles puderam adaptar-se plenamente ao igualitarismo existente em Canudos, que se assentava não na coletivização dos meios de produção e sim dos bens de consumo, conforme o modelo comunista dos primitivos cristãos.

O sentido político de Canudos

A pregação de Antônio Conselheiro, cujo início datava dos anos 70, não visava a impor uma reforma agrária nem encapava intuito político, apesar de que ele confessadamente fosse monarquista. Euclides da Cunha salientou, porém, que Antônio Conselheiro “viu a república com maus olhos e pregou, coerente, a rebeldia contra as novas leis”⁴³. Certa vez, na cidade de Bom Conselho, reuniu o povo, induzindo-o a acender uma fogueira e queimar, em meio de gritos e estrepitar de foguetes, as tábuas onde o prefeito, decretada a autonomia do município, afixara os editais para a cobrança de impostos⁴⁴. Os trinta soldados da força de polícia despachada para o prender atacaram-no em Masseté, localidade erma nas cercanias das serras do Ovó, mas se depararam com a resistência dos seus seguidores e foram desbaratadas, “precipitando-se na fuga, de que fora o primeiro a dar o exemplo o próprio comandante”⁴⁵. Mais tarde, ao frei João Evangelista, que o Arcebispado da Bahia enviara com a missão de o fazer retornar com sua gente ao seio da Igreja e obedecer às leis e às autoridades do país, Antônio Conselheiro explicou que, no tempo da Monarquia se deixara prender porque reconhecia o governo. E acrescentou: “Hoje não, porque não reconheço a República”⁴⁶. Pouco antes do início da guerra, ao aumentar a pressão para que ele

43 Cunha, E., op. cit., p. 134.

44 Id., ibid., pp. 134 e 135.

45 Id., ibid., p. 135.

46 Moniz, E., op. cit., p. 48 e 49.

desarmasse e dispersasse sua gente, assentada pacificamente em Canudos, Antônio Conselheiro então se recusou a fazê-lo, uma vez mais, e não só se manifestou contra a legitimidade da República como defendeu a sucessão monárquica, declarando:

“É evidente que a república permanece sobre um princípio falso e dele não se pode tirar conseqüência legítima; sustentar o contrário seria absurdo, espantoso e singularíssimo, porque ainda que ela trouxesse o bem para o país, por si só é má porque vai de encontro à vontade divina... Quem não sabe que o digno príncipe, D. Pedro III, tem o poder legitimamente constituído por Deus para governar o Brasil? Quem não sabe que o seu digno avô, o senhor D. Pedro II, de saudosa memória, não obstante ser vítima de uma traição a ponto de ser lançado fora do seu governo, recebendo tão pesado golpe, que prevalece seu direito e, conseqüentemente, só sua real família tem poder para governar o Brasil? Negar estas verdades seria o mesmo que dizer que a aurora não veio descobrir um novo dia”⁴⁷.

Seu pensamento, bastante simplório, pautava-se pela doutrina legitimista do direito divino dos soberanos, com o que divergia do próprio princípio da Constituição de 1824, que investira D. Pedro I na condição de imperador “por unânime aclamação da Nação” (Art. 153) e sobre o qual a monarquia brasileira se consolidara. Era, entretanto, coerente com a religiosidade do movimento por ele liderado. De qualquer forma, conquanto pregasse contra a República, na qual não reconhecia legitimidade, e assumisse, desde 1893, uma “feição combatente inteiramente nova”, segundo a expressão de Euclides da Cunha⁴⁸, Antônio Conselheiro jamais pretendia promover uma rebelião camponesa para a derrubar. Seu inconformismo configurou-se, sobretudo, com a decisão de fundar, naquele ano, Monte Belo, em Canudos, e lá organizar uma sociedade igualitária, de acordo com os padrões do comunismo de consumo, adotados no cristianismo original, apartando-se da heresia, como a república anti-cristã se lhe afigurava. Antônio Conselheiro já fundara outro arraial, o de Bom Jesus, mas o de Monte Belo assustou as classes dominantes na região, ao avultar-se, com a sua insólita organização social, atraindo milhares de camponeses do Nordeste. Conforme Cícero Dantas Martins, barão de Jeremoabo, observou, alguns lugares daquela comarca e de outras circunvizinhanças, e até do Estado de Sergipe, ficaram desabitados, tal o aluvião de famílias, a subir para o Canudos, após colocar à venda nas feiras extraordinária quantidade de gado cavalariço, vacum, caprino, etc., além de outros objetos, “por preço de nonada, como terrenos, casas, etc., a fim de apurar algum dinheiro e ir reparti-lo com o Conselheiro”⁴⁹. A dimensão, que a cada dia o seu movimento alcançava, tornou-se, durante a legislatura de 1894, objeto

47 Apud Moniz, E., op. cit., p. 256.

48 Cunha, E., op. cit. p. 134 e 152.

49 Apud Cunha, E., op. cit. p. 137.

de debate no Congresso Estadual da Bahia, onde um deputado chamou a atenção dos poderes públicos para aquela “parte dos sertões perturbada pelo indivíduo Antônio Conselheiro”⁵⁰. E um simples mal-entendido ou, o que mais provável foi, uma intencional deturpação do seu propósito, serviu como pretexto para que sobre ele e o povoado de Monte Belo a repressão se desencadeasse, a crise política da República, no desvão da qual a facção mais retrógrada e reacionária do Exército, não conformada com um “casaca” na presidência, conspirava ainda para instituir a ditadura militar.

As guerrilhas sertanejas

Como Antônio Conselheiro dispusera-se a buscar em Juazeiro, com a ajuda de seus adeptos, o material de construção, comprado, pago mas não entregue por falta de transporte, para terminar a igreja de Monte Belo, o juiz de Direito, Arlindo Leone, que exercera a mesma função em Bom Conselho, quando a queima dos editais do imposto ocorrera, e não perdoara a sua atitude, telegrafou ao governador da Bahia, Luiz Viana, pedindo providências no sentido de defender a cidade, ameaçada de invasão pelos jagunços, segundo alegou. Dado que conflitos em Lençóis e Lavras Diamantinas exigiam a presença de quase toda a força policial do Estado e nenhum contingente disponível naquele momento havia, Luiz Viana solicitou ao general Frederico Solón, então no comando do Distrito Militar, o fornecimento de cem praças, que seguiriam para Juazeiro, se necessário fosse. Entretanto, o general Solón adiantou-se, ante nova mensagem a informar que “os sequazes de Antônio Conselheiro” estavam distantes de Juazeiro pouco mais ou menos dois dias de viagem, e despachou em trem expresso o contingente, sob o comando do tenente Manuel da Silva Pires Ferreira. Este não se conformou apenas em garantir a segurança daquela cidade, aonde chegara em 7 de novembro de 1896. Uma vez que Antônio Conselheiro e seus adeptos não apareceram, ele, apoiado pelo juiz de Direito e de acordo com o general Solón, resolveu enfrentá-los no seu reduto e investiu contra eles no povoado de Uauá. Os sertanejos, a carregarem em procissão uma grande cruz de madeira, bem como santos e outros símbolos religiosos, correram então aos clavinotes, facões de folha-larga, foices, chuchos de vaqueiro e outros rudes instrumentos de trabalho, que portavam, e os cem soldados, em cruento combate, derrotados foram e em pânico debandaram, saqueando e fazendo arder o arraial. A guerra contra Canudos estava deflagrada. O general Frederico Solón percebeu a derrota como

50 Id., *ibid.*, p. 137.

uma afronta ao Exército, à sua autoridade e, irritado, decidiu, contra a opinião do governador Luiz Viana, enviar uma segunda expedição, composta de 543 soldados, 14 oficiais e armada com duas metralhadoras Nordenfeldt e dois canhões Krupp 7,5, sob o comando do major Febrônio de Brito⁵¹. Ela também não logrou alcançar o objetivo. Malogrou. Desbaratada foi na serra do Cambaio pelos seguidores de Antônio Conselheiro, que se transformaram, nas palavras de Euclides da Cunha, em “guerrilheiro-tugue, intangível”, não apenas escondido, senão amparado pelas caatingas, “aliado incorruptível do sertanejo em revolta”⁵².

A notícia alarmou os círculos políticos e militares do Rio de Janeiro e alhures, traumatizados ainda pela revolta da Armada, a guerra civil nos Estados do Sul e os graves litígios com a Grã-Bretanha e a França, e os ânimos dos que almejavam uma ditadura militar exacerbaram-se, ao antojar-se-lhes o espectro da restauração da Monarquia no movimento de Antônio Conselheiro, que não se dobrava ante a autoridade policial nem se rendia ao poder militar, porque não reconhecia a legitimidade da República. O vice-presidente Manuel Vitorino Pereira, assumindo interinamente o governo da república em face da enfermidade de Prudente de Moraes, concordou em mandar contra Canudos uma terceira expedição, integrada por cerca de 1.281 soldados do Exército, sob o comando do coronel Antônio Moreira César, que fora governador militar de Santa Catarina e responsável pelo fuzilamento e degola dos prisioneiros durante a guerra civil no Sul do país (1893-1895)⁵³. Neste oficial brilhante e competente nos momentos de lucidez, mas, segundo Euclides da Cunha, “epiléptico provado, encobrando a instabilidade nervosa do doente grave em placidez enganadora”⁵⁴, os militaristas, partidários radicais do marechal Floriano Peixoto, cujo falecimento em 29 de junho de 1895 privara-os de um líder, depositavam suas esperanças e esperavam, provavelmente, que ele, ao regressar vitorioso de Canudos, aceitasse liderar um golpe de Estado contra o governo dos “casacas”, o poder civil, considerado débil na defesa da República. Nem os 1.281 soldados, comandados pelo coronel Moreira César, a quem os sertanejos deram o apelido de “corta-cabeças”, com quinze milhões de cartuchos e setenta e três tiros de artilharia, conseguiram, contudo, esmagar o movimento de Antônio Conselheiro. A terceira expedição também foi completamente desbaratada, em 3 de março de 1897. Seu comandante, coronel Moreira César, foi abatido por duas balas, e a notícia desencadeou no Rio de Janeiro e em São Paulo violenta agitação em que os

51 Id., *ibid.*, p. 188.

52 Id., *ibid.*, p. 176.

53 “Os fuzilamentos (...) ali se fizeram, com triste aparato de imperdoável maldade (...)”. Cunha, E., *op. cit.*, p. 216.

54 Id., *ibid.*, p. 215.

radicais da República, os florianistas, não só invadiram e depredaram os jornais monarquistas como assassinaram um dos seus diretores, o coronel Gentil de Castro e procuraram para matar até mesmo os liberais do regime, como Rui Barbosa e Arthur Rios, contrários à ditadura militar.

A ameaça militarista

Prudente de Moraes, que no dia 4 de março reassumira a presidência, arrostou uma “crise profundamente política”, ao ver de Rui Barbosa, “a mais grave em que já se encontrou o regime republicano”⁵⁵. Como José Maria Belo salientou, ele não tinha certeza sequer de sua segurança pessoal e “seria sempre possível à audácia crescente dos jacobinos um golpe de mão para depô-lo”,⁵⁶ pois o que ameaçava a República, naquele momento, não era a restauração da Monarquia, mas a instauração da ditadura militar, para a qual o movimento de Canudos servia como pretexto. Tanto esta perspectiva se delineava que, no dia 26 de maio de 1897, a Escola Militar do Rio de Janeiro amotinou-se, certos os cadetes de que contariam com o respaldo de outras forças políticas e militares. O levante abortou. Mas, mesmo sob a presidência de Prudente de Moraes, a República, a diferenciar-se da Monarquia que sempre se mantivera essencialmente civil, militarizava-se. O número de efetivos do Exército, da ordem de 14.109, em 1889, quando a República se instalara, subira para 24.877, em 1891, e recrescera, em 1896, para 28.160⁵⁷. Destes, entre 6.000 e 10.000 soldados, cerca de 30 oficiais, formando 30 batalhões do Exército, excluídos os corpos de outras armas⁵⁸, contra Canudos mobilizados então foram, sob o comando do general Artur Oscar de Andrade Guimarães, conhecido como “florianista vermelho”⁵⁹, que se distinguira na campanha contra os federalistas do Rio Grande do Sul e deixara “a degola campear à vontade”, nem os feridos respeitando⁶⁰. Como se estivessem em uma cruzada para defender a República, contra suposta ameaça de restauração da Monarquia, eles, na maioria oriundos do Sul do país, porque os nordestinos freqüentemente desertavam, acamparam no alto da Favela, morro situado em frente de Canudos, cujas vivendas mal construídas, a somarem mais de 5.200, compunham ruas tortuosas e formavam verdadeiro labirinto.

55 Apud Moniz, E., op. cit., p. 154.

56 Belo, J. M., op. cit. p. 203.

57 Moltmann, B., op. cit. p. 32.

58 Moniz, E., op. cit. p. 157, 214 e 220. Cunha, E., op. cit. p. 355, 359 e 363.

59 Belo, J.M., op. cit. p. 205.

60 Vernalha, M., op. cit. p. 156.

Àquela época, o movimento de Antônio Conselheiro arrebatava o Nordeste, onde outra figura messiânica, o Padre Cícero, já aviventando a religiosidade popular, tomava proporções de vasto levantamento camponês. Centenas de sertanejos ainda continuavam a chegar a Canudos, ao tempo em que a quarta expedição iniciava suas operações, sob incessante ataque de guerrilhas. Os combatentes de Antônio Conselheiro, abastecidos com armas e munições que apreenderam ou as expedições anteriores abandonaram, ofereceram intrépida resistência. Sua tática se caracterizava pela mobilidade, velocidade, surpresa e segurança com que se emboscavam e acometiam as tropas do Exército. Se tivessem objetivo revolucionário, orientado por uma doutrina política, poderiam refluir para as caatingas, dispersando ou concentrando forças segundo as conveniências táticas, e manter indefinidamente a luta, sob a forma de guerrilhas, sem que tropas do exército, sob contínuo desgaste, conseguissem-nas exterminar, dado que elas tinham profundo esteio na população, da qual emanavam. O propósito de Antônio Conselheiro e seus adeptos, no entanto, consistia pura e simplesmente na defesa da sociedade por eles constituída em Canudos e apenas com essa perspectiva, outra não se lhes configurava, combateram até morrer, imolados, como o Cristo que os inspirava. A derrota era, portanto, inevitável, diante daquela força, em torno de 1/3 do Exército brasileiro, apetrechada com 18 canhões, que submeteram a constante bombardeio o povoado de Canudos, com seus 20.000 a 30.000 habitantes, entre os quais milhares de velhos, mulheres e crianças. Antônio Conselheiro, enfermo, faleceu no dia 22 de setembro, vendo sua obra – casas, santuários, a igreja – em escombros. E a campanha da quarta expedição, que durava já três meses, terminou quinze dias depois, quando três homens, um dos quais velho, e uma criança mortos tombaram. Como Euclides da Cunha ressaltou, “Canudos não se rendeu”⁶¹. E render-se não lhe adiantaria. As tropas do governo que, de acordo com os cálculos, tiveram aproximadamente 5.000 baixas, metade pertencente à classe média⁶², não faziam prisioneiros. A todos degolavam. “Aquilo não era uma campanha, era uma charqueada” - Euclides da Cunha verberou e, a ressaltar que “não era a ação severa das leis, era a vingança”, concluiu, indignado, que “a repressão tinha dois pólos - o incêndio e a faca”⁶³.

61 Cunha, E., op. cit. p. 433.

62 Moniz, E., op. cit. p. 263.

63 Cunha, E., op. cit. p. 404.

Muitos soldados, quando voltaram ao Rio de Janeiro, foram desmobilizados, mas não tinham para onde ir nem onde morar com suas famílias. Ergueram barracões, em um morro situado atrás do Ministério da Guerra, no Campo de Santana, e o passaram a chamar de favela, como lembrança do local onde instalaram a base das operações contra Canudos. Depois, outros aglomerados de habitações pobres, irregulares e sem condições higiênicas apareceram e espalharam-se pelos morros do Rio de Janeiro, formados em grande parte por sertanejos e ex-escravos, oriundos na maioria do Nordeste, sem emprego e sem terra, e o nome de **favela** generalizou-se, a simbolizar a miséria extrema, a exclusão social, que o movimento de Antônio Conselheiro expressara, ao empreender em Canudos a formação de uma sociedade, orientada pelo comunismo de consumo, como a dos primeiros cristãos, e segregada da república.

St. Leon (Alemanha), Natal de 1996

Arquivos usados e suas abreviaturas

AA: Arquivo do Autor

AGN-U: Archivo General de la Nación - Uruguai

AMAE-F : Archive du Ministère des Affaires Étrangères de France

PRO-FO: Public Record Office - Foreign Office